

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.430 - RS (2019/0213173-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE** : **JOAO KLAHR**  
**AGRAVANTE** : **JOSE ELTON PAPALIA FLORES**  
**ADVOGADOS** : **VANIA JUSSARA LEITÃO BARRETO - RS029783**  
 : **SHAIANNE LOURENÇO DE GREGORI - RS092465**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **JOAO KLAHR** e **JOSE ELTON PAPALIA FLORES** contra decisão do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que não admitiu o recurso especial manejado com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em oposição a acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL MILITAR. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 312 DO CPM). ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO DOCUMENTO. CRIME FORMAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DO ARREPENDIMENTO EFICAZ. CONDENAÇÃO MANTIDA. Analisando os dois relatórios de atividades elaborados pelo acusado, de pronto, percebe-se que houve alteração substancial do seu conteúdo, com a alteração das missões designadas aos policiais militares que fizeram parte da ocorrência, configurando o delito de falsidade ideológica. A subsunção da conduta ao tipo penal em epígrafe se caracteriza com a mera potencialidade lesiva de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, sendo prescindível a real ocorrência do resultado naturalístico, situação incompatível com o instituto do arrependimento eficaz. CRIME DE CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 322 DO CPM). INDULGÊNCIA. DOLO CONFIGURADO. Segundo restou apurado nos autos, embora o acusado tivesse pleno conhecimento do crime perpetrado pelo subordinado, nada fez, anuindo com a prática do crime de falsidade ideológica, violando, dessa forma, a obrigação e o dever legal que lhe pertencia na condição de superior hierárquico, ao agir com indulgência para acobertar a conduta do co-réu. CRIME INCITAMENTO (ART. 155, *CAPUT*, DO CPM). CRIME DE NATUREZA FORMAL. A prática delitiva resta configurada ainda que tenha havido recusa em participar do desiderato criminoso, pois o crime é formal, bastando a prática do aliciamento para sua consumação, independentemente da anuência ou do efetivo cometimento do crime por parte do aliciado. DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. DECISÃO UNÂNIME. (TJM/RS. APELAÇÃO CRIMINAL N.º 1000133-55.2018.9.21.0000. RELATOR: Juiz Civil AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO. Data de Julgamento: 31/10/2018)." (e-STJ, fl. 1069).

# Superior Tribunal de Justiça

A defesa aponta, inicialmente, violação ao art. 31 do Código Penal Militar, alegando que a posterior retificação do "Relatório falso, declarando a verdade sobre a Guarnição que atendeu a ocorrência de 'queimada' e declarando que ele (Elton) permaneceu no Quartel, confeccionando Relatórios", caracterizaria arrependimento eficaz" (e-STJ, fl. 1118).

Quanto ao crime de condescendência criminosa atribuído ao Recorrente João Klahr, sustenta o direito do acusado de não produzir provas contra si próprio.

Afirma, por fim, que o acórdão recorrido violou o artigo 155 do Código Penal Militar, ao argumento de que o delito de incitamento à prática de crime militar somente se configura quando há anuência do militar receptor da incitação.

Requer, assim, "seja o recurso conhecido e provido para o fim reconhecer a aplicação da regra do art. 31, do CPM, posto que o Recorrente Jose Elton Papalia Flores arrependeu-se eficazmente, tanto que elaborou o relatório com informações verdadeiras, bem como, seja reconhecido que o recorrente João Klahr não estava obrigado a produzir provas contra si mesmo e, ainda, não consumado o delito de incitação ao cometimento de crime, por não ter havido aceitação por parte do aliciado" (e-STJ, fl. 1121-1122).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 1129-1131).

O recurso foi inadmitido sob o fundamento de que a pretensão recursal encontra óbice nas Súmulas 283 e 284 do STF e 7 do STJ (e-STJ, fls. 1133-1138). Daí este agravo (e-STJ, fls. 1142-1166).

O Ministério Público Federal manifestou-se "pelo desprovimento do recurso" (e-STJ, fls. 1141-1142).

## **É o relatório.**

Decido.

A irresignação não merece acolhimento.

No que toca à alegação de que houve arrependimento eficaz, o Tribunal de origem, assim se pronunciou:

"Primeiramente, no tocante ao crime de falsidade ideológica (fato II), a exordial acusatória refere que, no dia 24 de setembro de 2015, o denunciado José Elton Papalia Flores inseriu, em documento público (fl. 131), declaração falsa, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consistente na composição da guarnição que atendeu à ocorrência ambiental, ao lavrar Relatório de Atividade de Serviço que constava ter deslocado em ocorrência, tendo, em verdade, permanecido no quartel.

A materialidade delitiva restou devidamente comprovada pelos relatórios de atividade de serviço extraordinário das fls. 70 (documento alterado) e 142 (documento original) elaborados pelo denunciado, pela certidão de diligência acostada à fl. 175 dos autos, bem como pelo *print* da tela do computador de fl. 176, os quais comprovam que houve substancial alteração das informações inseridas no relatório original.

A autoria, de mesma forma, resta incontroversa.

Interrogado, o réu José Elton Papalia Flores confessou ter alterado o relatório de atividade, aduzindo que a data da ocorrência estaria incorreta, constando o ano de 2014, quando na verdade deveria

constar 2015. Segundo ele, no dia 24 de setembro de 2015, fez um "copia e cola" de documentos para o relatório de atividade de hora extra, tendo colocado na pasta sem ter visto os documentos operacionais preenchidos na rua. Disse que, somente por ocasião das oitivas na sindicância, foram-lhe solicitados os documentos, momento que constatou a data equivocada, tendo apenas corrigido a informação que constava no relatório anterior.

No entanto, a versão apresentada pelo acusado não procede, uma vez que, contrariamente ao alegado pela defesa, não houve apenas a alteração da data constante no relatório de atividade de serviço extraordinário. Analisando os dois relatórios, de pronto, percebe-se que houve alteração substancial do seu conteúdo, com a alteração das missões designadas aos policiais militares que fizeram parte da ocorrência. Com efeito, no primeiro relatório consta a informação que o acusado integrou a guarnição que deslocou até a cidade de São Francisco de Assis para atender a uma ocorrência de queimada em propriedade rural, posteriormente, a informação foi alterada, constando que o acusado permaneceu no Quartel do 2º Grupo de Polícia Ambiental elaborando relatório operacional.

Desse modo, tenho que restou incontroversa a alteração substancial do relatório de atividade de serviço extraordinário, em especial, pela certidão de diligência acostada à fl. 175 dos autos, onde foi constatada a modificação do documento por meio da inspeção realizada no computador da GPA em que foram elaborados os referidos relatórios.

**De qualquer sorte, resta insustentável o pedido da defesa pelo reconhecimento do instituto do arrependimento eficaz, pois este é cabível apenas aos crimes materiais, os quais exigem a produção do resultado naturalístico.** Nesse sentido, Cleber Masson aponta que o reconhecimento do arrependimento eficaz é possível "somente no tocante aos crimes materiais, pela análise da expressão - impede que o resultado se produza -. Esse resultado naturalístico é exigido somente para a consumação dos crimes materiais consumados. Além disso, nos crimes formais a realização da conduta implica a automática consumação do delito, aperfeiçoando-se a tipicidade do fato". (MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático - parte geral, 6a Ed. Método, p. 339/340).

Sabidamente, o arrependimento eficaz só se caracteriza quando o agente, após ter esgotado todos os meios que dispunha para a prática do delito, antes de sua consumação, arrepende-se e adota todas as providências a impedir que o resultado efetivamente ocorra. Em sendo assim, **nos crimes formais e de mera conduta, não há falar em arrependimento eficaz, pois o esgotamento dos atos executórios, por si só, resta suficiente para a consumação delitiva.**

Portanto, o crime de falsidade ideológica por ser crime de "natureza formal, que não exige o prejuízo efetivo, bastando a possibilidade de dano" (Mirabete, Julio Fabbrini. Manual de direito penal, vol 3. Parte especial, 30a ed, Atlas, São Paulo, 2016, p. 228), dispensa a ocorrência de qualquer resultado naturalístico, pois, nesta espécie delitiva, o resultado é mero exaurimento da conduta, situação

incompatível com o instituto do arrependimento eficaz.

Em outras palavras, vale dizer que a subsunção da conduta ao tipo penal em epígrafe se caracteriza com a mera potencialidade lesiva de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, sendo prescindível a real ocorrência do resultado naturalístico. Dessa forma, pouco importa que militar não tenha sido beneficiado com o uso do documento falso ou que posteriormente tenha retificado o relatório com informações verídicas.

**De qualquer sorte, segundo consta nos autos, o segundo relatório somente foi emitido em 17 de novembro de 2015, após o acusado tomar ciência da sindicância que apurava irregularidades no 2º GPA, a qual instruiu a denúncia do presente feito, inviabilizando, por certo, o reconhecimento do pretendido arrependimento, sobretudo, pelo fato do documento falso ter permanecido longo período de tempo à disposição da Administração Militar."**

(e-STJ, fl. 1074-1076).

Registre-se, por oportuno, que o crime de falsidade ideológica classifica-se como delito formal. A propósito:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. TESE DE CRIME IMPOSSÍVEL. INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CRIME FORMAL. CONSUNÇÃO. ABSORÇÃO DA FALSIDADE IDEOLÓGICA PELO DELITO DE FRAUDE PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 89 DA LEI N. 9.099/95. AGENTE QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS. INVIABILIDADE DO BENEFÍCIO. RECURSO NÃO PROVIDO.

**I - Segundo a classificação doutrinária, o delito de falsidade ideológica é crime formal, que se consuma com a prática de uma das figuras típicas previstas, independente da ocorrência de qualquer resultado ou de efetivo prejuízo para terceiro.**

II - O bem jurídico protegido pelo tipo do art. 299 do CP é a fé pública, tendo por sujeito passivo o Estado. Não objetiva resguardar patrimônio de terceiro, sujeito passivo secundário apenas no caso de prejuízo comprovado com a falsidade. O tipo objetiva proteger a segurança jurídica, na medida em que os documentos públicos, diante da presunção de legitimidade e veracidade de que gozam, são aptos para produzir efeitos desde o momento em que são lavrados.

(...)

Recurso em *habeas corpus* desprovido."

(RHC 78.502/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 02/03/2018)

Assim, uma vez que os crimes formais se consumam no momento da conduta (dispensando resultado naturalístico), são eles incompatíveis com o arrependimento eficaz, pois o referido instituto somente é aplicável a delito que não tenha sido consumado.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. ROUBO MAJORADO. AUTOMÓVEL SUBTRAÍDO E TRANSPORTADO PARA OUTRO ESTADO. CAUSA DE AUMENTO DE PENA. INCIDÊNCIA. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA. ARREPENDIMENTO EFICAZ. DELITO CONSUMADO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 65, III, "b", DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

3. O instituto do arrependimento eficaz e da desistência voluntária somente são aplicáveis a delito que não tenha sido consumado.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1549809/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 24/02/2016)

No que se refere ao delito de condescendência criminosa atribuído ao Sargento João Klahr, colhe-se do aresto impugnado:

**"Quanto ao crime de condescendência criminosa (fato III) imputado ao réu João Klahr, refere a acusação que o acusado, no dia 17 de novembro, ao tomar conhecimento das irregularidades que haviam sido praticadas pelo co-réu José Elton Papalia Flores, no tocante ao 2º fato criminoso descrito na denúncia, deixou de responsabilizar o seu subordinado pela infração por este cometida, bem como se omitiu em levar tal fato ao conhecimento da autoridade superior.**

**Segundo restou apurado nos autos, embora o acusado tivesse pleno conhecimento do crime perpetrado pelo subordinado, nada fez, anuindo com a prática do crime de falsidade ideológica, violando, dessa forma, a obrigação e o dever legal que lhe pertencia na condição de superior hierárquico, ao agir com indulgência para acobertar a conduta do co-réu.**

Com efeito, sabendo da instauração da sindicância para apuração das irregularidades cometidas pelo co-réu José Elton Papalia Flores, o acusado não só deixou de adotar qualquer providência para fins de responsabilizar o subordinado, o que restou evidente, mas também acobertou o militar, praticando crime de incitamento (fato IV), previsto no art. 155 do CPM, ao solicitar que a Sd Bruna da Silva Lima incluísse o nome do 3º Sgt Elton no Boletim de Atendimento n.º 05315819, como se ele tivesse participado da ocorrência de queimada." (e-STJ, fl. 1076-1077).

Como se vê, a ausência de responsabilização pelo Sargento Klahr de seu subordinado – Sargento Papalia –, no momento em que teve ciência da prática do crime de falsidade, não implica na produção de prova contra a si mesmo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ressalte-se, ainda, que consoante o disposto no art. 143 da Lei 8.112/90, qualquer autoridade administrativa que tiver ciência da ocorrência de infração no Serviço Público tem o dever de proceder à apuração do ilícito ou comunicar imediatamente à autoridade competente para promovê-la, sob pena de incidir no delito de condescendência criminosa.

Por fim, quanto à suscitada ofensa ao art. 155 do CPM, sob o argumento de que o delito de incitamento à prática de crime militar somente se configura quando há anuência do militar receptor da incitação, verifica-se que essa tese não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar a omissão. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 282 do STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator